



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

VEREADORA LUANA ALVES DO PSOL - 26ºGV

### PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_/2024

*Acrésceta a denominação atual Praça Antônio Prado, Centro de São Paulo, para Praça Antônio Prado - Largo do Rosário dos Pretos, e dá outras providências.*

#### **CÂMARA MUNICIPAL DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica acrescentada a denominação da Praça Antônio Prado, Centro de São Paulo, para Praça Antônio Prado - Largo do Rosário dos Pretos.

**Art. 2º** - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 3º** - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 19 de março de 2024.

***Luana Alves***  
**Vereadora do PSOL**



### **Justificativa**

O Largo do Rosário foi um importante espaço histórico da cidade de São Paulo. Localizava-se frente à Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, razão pela qual passou a ser conhecido como Largo do Rosário dos Pretos. Sua história esteve profundamente ligada à presença africana e afrodescendente na cidade de São Paulo nos primeiros séculos de ocupação desta colina onde se deu a fundação da capital. Este antigo lugar ainda existe no espaço urbano paulistano, contudo segue silenciado e apagado sob o topônimo Praça Antônio Prado.

Desde o período colonial, São Paulo foi uma cidade marcada pela presença do povo negro que trabalhava em diversas atividades na região, desde as culturas mais conhecidas como cana-de-açúcar e café, até as obras públicas. Muitos dos africanos imigrados forçosamente para atuar como escravizados eram católicos, e tinham uma forte devoção a Nossa Senhora do Rosário, uma figura religiosa importante para a comunidade negra na época, caso daqueles oriundos de Angola e do Congo.

O Largo do Rosário dos Pretos foi se desenvolvendo em torno da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, que foi construída no início do século XVIII. A igreja era frequentada principalmente pela comunidade negra, que se organizava em irmandades religiosas para praticar sua fé e criar uma rede de apoio mútuo. Essas irmandades eram uma parte fundamental da vida das comunidades afrodescendentes na época, proporcionando um lugar para a prática religiosa, mas também para apoio social e redes de solidariedade.

O Largo do Rosário dos Pretos era o local onde ocorriam festas, celebrações religiosas e encontros da comunidade negra. Além disso, foi um ponto de encontro



para discussão de políticas e sociais entre os afrodescendentes, que buscavam formas de resistência e luta contra a escravidão e a discriminação.

Após a abolição da escravatura em 1888, o Largo do Rosário dos Pretos continuou a ser um espaço importante para a comunidade negra de São Paulo. No entanto, nos primeiros anos do século XX, a presença negra naquele reduto passou a ser indesejada por aqueles que mandavam no espaço público, requerentes de mudanças significativas na paisagem para incutir padrões de higienismo que trariam à arquitetura e ao urbanismo da cidade o modelo europeu de modernização. Muitos dos antigos prédios e casas que cercavam o largo foram demolidos, inclusive a secular Igreja do Rosário, para dar lugar a edifícios comerciais e vias públicas utilizadas pelas elites brancas.

Hoje, embora soterrado sob a Praça Antônio Prado, o Largo do Rosário dos Pretos ainda é um importante ponto de referência histórica em São Paulo. A segunda Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, construída após a demolição da primeira na Praça do Paissandú, reconhecida no meio daquele espaço por sua arquitetura eclética de cor amarela, continua de pé e é um marco da história afrodescendente na cidade. Nos últimos anos o antigo Largo do Rosário dos Pretos vem sendo palco de eventos culturais e demonstrativos que celebram a herança afrobrasileira. Considerando a reescrita urbana negra que vem acontecendo em outros territórios originalmente ocupados pelos afrodescendentes na capital, a alteração sugerida é um passo importante para a reparação histórica deste que é considerado um dos primeiros territórios negros paulistanos, um pequeno gesto que carrega a grandeza da luta contra o racismo e a discriminação.



Esse projeto de lei teve a contribuição do Padre Luíz Fernando, com a justificativa bem fundamentada pelo Prof. Ms. Fabrício Forganés Santos, autor do livro “As três igrejas dos Homens Pretos de São Paulo de Piratininga” (MAS, 2023).

Sala das Sessões, 19 de março de 2024.

***Luana Alves***  
***Vereadora do PSOL***